

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CURSO DE EXTENSÃO / ESPECIALIZAÇÃO

ENERGIA E SOCIEDADE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

A NOVA ELETROBRÁS E OS DESAFIOS PARA A CLASSE
TRABALHADORA

SIGVAL JIDSON SCHAITEL

FLORIANÓPOLIS, ABRIL DE 2010

1. Introdução

Este artigo busca analisar o projeto do Governo Federal de transformação do Sistema Eletrobrás¹, visando expressivo ganho de eficiência empresarial, e verificar se o referido projeto, na disputa política em relação ao setor elétrico, fortalece a concepção da hegemonia do mercado ou a concepção do controle social.² No mesmo sentido, busca verificar se as transformações pretendidas para o Sistema Eletrobrás têm a perspectiva de seu fortalecimento como empresa pública ou, por outro lado, se visam tornar a Eletrobrás um grande *player* no mercado mundial de energia elétrica. A partir desta análise, o artigo visa identificar a posição das demais forças políticas em relação ao projeto de transformação da Eletrobrás e projetar o cenário e as possibilidades de construção de um projeto para o setor que atenda aos interesses da classe trabalhadora.

O projeto de transformação do Sistema Eletrobrás está inserido no contexto das recentes profundas transformações por que passou o setor elétrico Brasileiro a partir dos anos 1990, com a implantação do modelo mercantil para o setor. Esse novo modelo ocasionou grande prejuízo para a nação e enormes lucros para o capital internacional³. O projeto neoliberal, através das privatizações, avançou com força contra o setor elétrico e conseguiu impor-lhe a lógica de mercado, que hoje está entranhada também nas empresas que permaneceram públicas. Como conseqüências imediatas, o modelo mercantil provocou desemprego, aumento das terceirizações com precarização das

¹ Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás: o processo engloba a holding, as seis geradoras e transmissoras de energia (Eletronorte, Eletrosul, Eletronuclear, Furnas, CETEE e Chesf), as seis distribuidoras federais (Ceal, Cepisa, Ceron, Eletroacre, Boa Vista Energia e Amazonas Energia), o Cepel e Itaipu Binacional.

² SAUER [2002, p.47] afirma que “A disputa política em torno dos serviços públicos e da exploração dos recursos naturais de propriedade pública, pode ser resumida em duas concepções filosoficamente distintas: ênfase absoluta na hegemonia do mercado ou ênfase no controle social.”

³ SANTOS et al [2008, p 447] apontam que as tarifas de energia elétrica quintuplicaram no período pós-privatização, bem como quintuplicaram os dividendos das companhias elétricas em relação a 2002. Vários outros estudos, conforme se verificará mais adiante, têm constatado a elevada lucratividade das empresas do setor e o absurdo das tarifas.

condições de trabalho e enfraquecimento dos sindicatos. A nação sofreu com o maior racionamento da história, em 2001, e a população paga uma das tarifas de energia elétrica mais caras do planeta. O país penou com a falta de investimentos e estagnação do setor, que levaram ao apagão, racionamento e limitação da capacidade de crescimento econômico devido à limitação da oferta de energia. Os únicos beneficiados com as mudanças no setor foram os investidores e grandes grupos privados, que vêm garantindo grande acúmulo de capital e alta lucratividade.

Na área de distribuição de energia elétrica a privatização encontrou um terreno fértil. Das distribuidoras de energia elétrica, muitas das quais também atuavam na área de geração, poucas escaparam da privatização. As que foram a leilão e não conseguiram comprador ficaram sob a guarda do Governo Federal para serem vendidas posteriormente (ficaram conhecidas como as distribuidoras “Federalizadas” e em 2008 foram encampadas pela Eletrobrás). Já na geração e transmissão, onde atuam as Subsidiárias da Eletrobrás, o estrago inicial foi menor. Apenas o parque gerador da Eletrosul foi vendido. Contudo, apesar de continuarem estatais, as subsidiárias da Eletrobrás foram mantidas no Programa Nacional de Desestatização e impedidas de realizar investimentos, o que era uma sentença de morte em médio prazo para estas empresas. A Eletrobrás, em decorrência da reorganização neoliberal do setor, também perdeu função de planejamento, operação, e coordenação do setor elétrico nacional. Três fatores foram fundamentais para impedir o completo desmonte do setor público. Primeiro, a luta dos trabalhadores contra o processo de privatização durante a década de 1990; depois a incapacidade do modelo mercantil de atender à demanda de planejamento e expansão do setor (evidenciada pelo apagão e racionamento em 2001); e, por fim, as reformas do modelo mercantil implementadas em 2004 pelo Governo Lula.

A partir de 2004, sob o novo marco regulatório para o setor elétrico, as empresas do grupo Eletrobrás puderam vislumbrar a possibilidade de se manterem atuando, mesmo com dificuldades, dentro de um mercado competitivo. O primeiro gesto do

Governo em relação às subsidiárias da Eletrobrás foi o de retirá-las do Programa Nacional de Desestatização. A Eletrosul Centrais Elétricas S.A., em particular, obteve também a autorização para voltar a atuar na área de geração de energia. No entanto, alguns entraves se mantiveram para as empresas do grupo Eletrobrás, como o impedimento de participar de empreendimentos como acionista majoritário e de obter financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Estas limitações permaneceram até o início de 2008, quando foram adotadas as primeiras medidas do projeto de transformação da Eletrobrás. As primeiras manifestações do governo a respeito das mudanças surgiram em 2007, quando se teve notícia de que um projeto para a Eletrobrás vinha sendo gestado na Casa Civil. Em 7 de março de 2008 o Ministério de Minas e Energia encaminhou à diretoria da *holding* as diretrizes básicas para a elaboração do Plano de Transformação e Fortalecimento da Eletrobrás. O plano focava na reformulação institucional da Eletrobrás, no aperfeiçoamento da “governança corporativa”, na reorientação dos negócios da distribuição, e na reorganização do modelo de gestão empresarial. A primeira ação da implantação do Plano de Transformação foi o agrupamento das ações da *holding* na Bolsa de Valores de São Paulo e, na seqüência, a aprovação da Lei 11.651, em abril de 2008, que autorizou a participação das empresas subsidiárias como majoritárias em empreendimentos e a atuação da Eletrobrás no exterior. A partir de então, uma série de medidas vêm sendo tomadas para implantar o plano de transformação.

Este artigo busca identificar, no processo atual de transformação da Eletrobrás, elementos que possam caracterizar as escolhas políticas do Governo e dos dirigentes da Eletrobrás, e avaliar as possíveis implicações destas escolhas. Também busca identificar, a partir do posicionamento das forças políticas envolvidas e das mudanças realizadas, se a nova situação estabelecida favorecerá a consolidação do modelo mercantil ou, de outra

forma, se possibilitará a construção de condições para forçar uma inversão na lógica do modelo.

Assim, o presente artigo tem sua importância na medida em que permite reflexões sobre uma proposta para um grupo de empresas do setor elétrico e que poderá servir de instrumento para os trabalhadores do setor, sindicatos, movimentos sociais que se propõe a compreender a proposta e interferir no processo em defesa dos interesses da classe trabalhadora. O artigo tem relevância também pelo fato de tratar-se de um tema atual, um projeto em andamento, sobre o qual ainda não há estudos sob a perspectiva da classe trabalhadora.

A primeira etapa desta pesquisa constitui-se da leitura e anotação de textos sobre a história do setor elétrico brasileiro, sobre as transformações no setor a partir dos anos 1990, sobre o projeto de transformação da Eletrobrás, e de textos críticos ao modelo mercantil. Dentre as fontes de pesquisa sobre a Nova Eletrobrás, foram utilizadas diversas publicações e materiais (documentos oficiais, sítios na Internet, revistas, matérias de jornal, boletins, manifestos, entrevistas, estudos e pesquisas) produzidos pelo Governo, Eletrobrás, imprensa, sindicatos e academia.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos, incluindo esta introdução. O segundo capítulo trata da formação do setor elétrico brasileiro e busca identificar o papel desempenhado pelo Estado, pela iniciativa privada e pela Eletrobrás ao longo da história do setor. O terceiro capítulo apresenta as propostas do Governo para a transformação da Eletrobrás e as mudanças implementadas a partir de 2008. O quarto capítulo apresenta as visões de outros atores envolvidos na discussão do setor elétrico, sobretudo dos sindicatos e organizações representativas dos trabalhadores do setor, a respeito do projeto de transformação da eletrobrás e do modelo do setor elétrico. O último capítulo retoma a questão inicialmente proposta e, a partir dos dados apresentados e reflexões desenvolvidas ao longo do artigo, aponto as contradições, limitações e possibilidades para as lutas da classe trabalhadora, diante do novo cenário.

2. História do Setor Elétrico Brasileiro

A história do setor elétrico brasileiro pode ser dividida em três períodos com características bastante distintas. O primeiro vai da instalação da indústria de eletricidade até a década de 1930, quando é instituído o Código das Águas; o segundo, dos anos 1930 até os anos 1990, período em que a legislação confere à eletricidade características de antimercadoria⁴; e o terceiro, entre os anos 1990 e 2002, período das reformas liberais que promovem a mercantilização da energia elétrica.

Do início do século 20 até a meados da década de 1960 predominaram no setor elétrico brasileiro os grupos privados. Era em função dos interesses desses grupos que dependia a expansão do setor. A partir da necessidade de desenvolvimento da indústria do país, dependente da energia elétrica, e da incapacidade do setor privado de atender às demandas, na década de 1930 o governo passou a interferir também neste setor. Paulatinamente, o poder público (federal, estadual e municipal) foi regulamentando, organizando, financiando e construindo o que viria a ser um dos maiores sistemas elétricos do planeta. O maior crescimento do setor ocorreu após os anos 1960, quando o estado assumiu quase todas as instalações, construiu grandes usinas hidrelétricas e linhas de transmissão que interligaram nacionalmente o sistema elétrico. Consolidou-se, desta forma, uma indústria eficiente de equipamentos e quadros qualificados para desenvolver tecnologias de acordo com as características do país. No entanto, com o crescimento do setor aumentou também o endividamento externo, aprofundado em função das consequências de crises internacionais do capitalismo nas décadas de 1970 e 1980. Uma trágica inversão dos rumos do setor ocorreu a partir dos anos 1990, quando o governo federal passou a implementar as diretrizes do Consenso de Washington que, entre outras

⁴ Na conceituação de Francisco de Oliveira, a antimercadoria é um bem ou serviço que não tem por finalidade gerar lucro e em cuja produção não há extração de mais-valia. As antimercadorias são viabilizadas pelo fundo público, que financia o capital e a força de trabalho através do acesso aos bens e serviços públicos. Esse conceito foi utilizado em estudo realizado por VIEIRA [2005 p.19]. A classificação dos três períodos históricos é encontrada no mesmo estudo.

medidas, ditava a necessidade de privatização do setor elétrico. Essa política acarretou enormes prejuízos para o país e as conseqüências desastrosas perduram até hoje, a despeito das reformas realizadas para amenizar os danos. A energia, que havia se constituído em um bem público, é transformado em mercadoria e o setor passa a ser organizado para o mercado.

No início do século 20 a indústria de energia elétrica se instalou no Brasil, nos dois principais centros urbanos da época, São Paulo e Rio de Janeiro, para atender essencialmente aos serviços de transporte e iluminação pública. Dominavam a economia os interesses do setor agro-exportador, o que condicionava e limitava o crescimento do uso da energia elétrica. A partir dos anos 1920 há um processo de fusão de algumas empresas nacionais, que originam em São Paulo a CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz) e no Rio de Janeiro a CBEE (Companhia Brasileira de Energia Elétrica). Nessa época, duas empresas estrangeiras, Light e Amforp, dividiam o principal mercado. As duas empresas, além de atuarem na produção e distribuição de energia elétrica, eram difusoras dos produtos elétricos. Em 1940 Light e Amforp possuíam 60% de toda a potência instalada no país. Além das duas grandes estrangeiras, até 1930 havia no Brasil inúmeras empresas municipais de produção e distribuição de energia.

O princípio que regia o setor, da constituição de 1891, era o direito de acesso à propriedade da terra, segundo o qual o proprietário tinha direito a utilizar os recursos naturais para finalidades industriais, energéticas e de utilidade pública. Quem detinha o poder de concessão eram os estados e municípios. As concessões variavam de 30 a 90 anos e as tarifas eram corrigidas de forma a não sofrer pela depreciação da moeda. De 1906 até 1931 praticamente não havia legislação e controle político para o Setor e o preço da energia elétrica era referenciado na produção termoelétrica. Não havia obstáculos ao capital estrangeiro ou políticas governamentais no sentido de coordenar o setor ou preservar interesses de empresas nacionais ou do próprio governo federal.

A predominância privada no setor se estendeu até os anos 1960. O fornecimento estava focado nos grandes centros urbanos e cidades maiores. Indústrias afastadas ou cidades fora dos grandes centros mantinham a autoprodução. Não havia interesse das empresas em universalizar o consumo, apesar das condições favoráveis para investimento na expansão do setor. Como o mercado era dividido, não havia concorrência entre as concessionárias e os investimentos tinham retorno garantido por contrato. Não havia perspectiva de expansão e universalização dos serviços ou de interligação do sistema. Além disso, era comum a falta de energia.

Com a primeira guerra mundial, a queda nas importações de carvão e o alto preço da lenha, bem como o aumento das atividades urbano-industriais no país, cresceu o consumo de energia elétrica. A partir daí, o crescimento da produção de energia elétrica aproximou-se da evolução da atividade econômica e, já a partir dos anos 1930, a energia elétrica se tornou um insumo fundamental nos mercados urbanos, interferindo diretamente na atividade econômica e no crescimento da indústria.

Em 1933, no auge da crise do capitalismo central, o governo brasileiro tentou regulamentar o setor elétrico. Os investimentos do capitalismo nacional começaram a partir do Estado, que adotou investimentos pesados. O sistema privado não atendia mais as demandas colocadas para o setor e o governo passou a intervir para garantir o desenvolvimento econômico do país. Através de investimentos e planejamento, paulatinamente foi ocorrendo a estatização do setor.

Algumas mudanças importantes aconteceram a partir do Código das Águas, de 1934. O ponto central do novo código era do uso da água para a produção de energia elétrica e a concessão passou a ser responsabilidade do Governo Federal. No entanto, apesar das mudanças na legislação, o governo continuaria enfrentando dificuldades de implementar uma efetiva regulação e coordenação do setor.

O setor elétrico não foi o único setor da economia em que o estado passou a intervir. Em 1942 o governo criou a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia

Siderúrgica Nacional, para atuarem nas áreas de mineração e siderurgia. Até meados dos anos 1980 os governos federal, estaduais e municipais também criaram empresas voltadas para bens e serviços públicos, como água e gás, petróleo, transporte urbano, telefonia, entre outros. Para garantir a industrialização foram criados também bancos e agências de fomento.

A partir dos anos 1940 e 1950 o avanço do governo em geração de energia para suprir as deficiências de investimento do setor privado se fez cada vez mais necessário. Durante toda a década de 50, sobretudo com o Plano de Metas do Governo Federal, o crescimento da capacidade de geração foi se tornando completamente estatal. A partir dos anos 50 empresas de economia mista ficam responsáveis por obras de grande porte.

Entre o final da II Guerra e a criação da Eletrobrás, verificou-se no país um crescimento médio na economia de quase 9%, e o crescimento da demanda de energia foi suprida pela participação das empresas públicas estaduais e federais. Durante o Estado Novo ainda predominavam as empresas estrangeiras no setor elétrico, mas as iniciativas dos governos estaduais já se estabeleciam. O governo federal criou a primeira empresa estatal federal, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, em 1945, para atender a região nordeste. Em 1957 foi criada a Central Elétrica Furnas S/A – Furnas, para atuar no Sudeste e, em 1960, a Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba – Chevap, posteriormente encampada por Furnas. É do início dos anos 1950 também a constituição da Cesp (São Paulo), Cemig (Minas Gerais) e CEEE (Rio Grande do Sul). Contudo, nos anos 1960 ainda continuavam em atividade um grande número de concessionárias municipais.

Visando garantir investimentos no setor, o governo federal criou o Imposto Único sobre Energia Elétrica, para formar o Fundo Federal de Eletrificação. Criou o Plano Nacional de Eletrificação, que integraria os programas de expansão federal, estaduais e privados. A Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás, foi criada em 1961. A função da empresa *holding* era planejar e coordenar a política nacional de

energia elétrica, e centralizar a operação e o financiamento dos sistemas elétricos do país. Em 1964 a Eletrobrás comprou as empresas pertencentes à Amforp. Através da Eletrobrás foram construídas grandes usinas à frente da demanda e interligado o sistema elétrico nacional.

Em 1973, com Lei de Itaipu, o Brasil foi dividido em 4 regiões elétricas, repartidas pelas 4 subsidiárias da Eletrobrás (Eletrosul, Furnas, Eletronorte e Chesf). A lei também reforçava o papel da Eletrobrás como coordenadora do planejamento e da operação dos sistemas elétricos brasileiros. No início dos anos 1970, 80% da energia elétrica gerada por hidrelétricas no país era proveniente de empresas públicas. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-78) reafirmou a importância estratégica das empresas estatais para manter o crescimento da economia e favoreceu uma grande expansão da infra-estrutura energética.

Mas além da expansão do setor, o Plano ensejou a elevação da dívida externa, e as estatais elétricas foram utilizadas para a obtenção de empréstimos externos. A crise no final dos anos 1970, a elevação das taxas de juros externas e desvalorização cambial acarretaram no aumento do endividamento do setor. Outro fator que piorou a situação foram as políticas de combate à inflação e contenção de gastos do Governo, que atingiam o setor através de contenção das tarifas e subsídios que, beneficiando interesses privados, prejudicavam as estatais. Além do forte endividamento, as empresas sofriam também pela sua utilização para atendimento de interesses privados, centralização e burocracia. Estas práticas e a política do governo acabariam por conduzir ao desmonte do setor público. Nos anos 1980 a dívida do Brasil aumentou com a elevação dos juros nos EUA, consequência da crise internacional do capitalismo. No entanto, mantiveram-se altos investimentos no setor elétrico, sobretudo com Itaipu e Tucuruí, e em 1987 há sobre de energia elétrica.⁵

⁵ Apesar dos pesados investimentos em mega-projetos nas décadas de 1970 e 1980, as questões sociais e ambientais não receberam tratamento adequado, causando enormes danos e expulsando milhares de pessoas de suas terras. É emblemático o caso de Tucuruí, a “maior hidrelétrica nacional”, onde comunidades e famílias que permaneceram às

A década de 1990, no Brasil, foi marcada pela implementação de políticas neoliberais, que pregavam o estado mínimo, a liberalização, abertura para o capital e regulação da economia pelo mercado. A privatização do setor elétrico era uma das recomendações do Banco Mundial que foram acatadas pelo governo brasileiro, com o argumento de que caberia à iniciativa privada, em um mercado concorrencial, baseado no modelo inglês, investir e expandir o setor, pois o Estado não teria capacidade para tanto. Pregava-se que com a privatização haveria desenvolvimento do setor, melhoria dos serviços e tarifas mais baixas (competitividade e eficiência).

O governo Collor (1990-1992) lançou o Plano Nacional de Desestatização e iniciou o desmonte do setor público. O Governo de Itamar Franco (1992-1994) deu os primeiros passos para a liberalização e privatização do setor elétrico, quando extinguiu a remuneração garantida e o regime tarifário pelo custo do serviço, e estabeleceu a desqualificação da tarifa, entre outras medidas. O governo FHC (1995-2002) definiu os novos regimes de concessão e inseriu o sistema Eletrobrás Plano Nacional de Desestatização.

Nestes termos, pode-se concluir que a política econômica nos anos 80 caracterizou-se por ser altamente instrumentalizadora das estatais, com o objetivo basilar de obtenção do equilíbrio fiscal. A partir do Governo Collor, ao contrário, essa gestão fragmentária, foi substituída por um processo de privatização, que passou a ser a essência da política do governo para as estatais, e que iniciou o processo de transição de um modelo de desenvolvimento do setor elétrico brasileiro baseado no conceito de antimercadoria para um modelo de crescente mercantilização da energia elétrica. [VIEIRA, 2005 p.64]

Com essas medidas o governo decretava o fim do modelo público e a introdução do modelo mercantil para o setor elétrico. O planejamento passou a ser indicativo e os preços se formavam no Mercado Atacadista de Energia; as empresas foram desverticalizadas, separando-se geração, transmissão e distribuição. Novas entidades foram criadas para operar no novo modelo: Aneel – Agência Nacional de Energia

margens do lago até há pouco tempo não tinham sequer energia elétrica em suas casas. Até hoje, no entanto, os atingidos por Tucuruí reivindicam seus direitos não atendidos pelo governo na época.

Elétrica; ONS – Operador Nacional do Sistema; MAE – Mercado Atacadista de Energia; CCPE – Comitê Coordenador do Planejamento e Expansão. O BNDES ficou responsável pela estratégia de reestruturação e privatização. A nova forma de organização do setor tinha como objetivos a sua capitalização, investimentos do setor privado, e a redução de custos através da livre competição.

A regulamentação, os órgãos de regulação e a gestão do sistema elétrico no novo modelo foram sendo criados ao longo do processo de privatizações. Enquanto se criavam atrativos para o capital privado, as estatais foram proibidas de realizar investimentos. No entanto, os investimentos do setor privado em geração ficaram muito aquém do esperado. No ano 2000 o governo criou o Programa Prioritário de Termelétricas para atrair investimento do setor privado, mas os investimentos não foram suficientes. Em 2001 o país entrou no racionamento, reduzindo em 25% o consumo de energia elétrica.

Se por um lado o racionamento mostrou que o novo modelo não funcionava e ajudou a frear as privatizações, por outro penalizou a economia do país e a população em geral, que pagou na sua conta de energia elétrica os supostos prejuízos das distribuidoras pelo racionamento. A velocidade da reforma foi reduzida e o processo de privatização parou após 19 distribuidoras estatais serem vendidas e 20% da geração transferida para o setor privado. As conseqüências da reestruturação no setor elétrico foram a grande transferência de propriedade para o capital privado, sem investimento em novos projetos; a redução do número de trabalhadores do quadro próprio das empresas, o aumento da terceirização e da precarização do trabalho; o aumento das tarifas; a paralisia do setor, com apagão e racionamento; e o aumento dos lucros das empresas.⁶

⁶ Conforme divulgado pelo IFE n. 2.662 (www.provedor.nuca.ie.ufrj/eletrobras), em 08.02.2010, estudo do Instituto Assaf revela que 2009 foi o ano em que as empresas brasileiras mais pagaram dividendos a seus acionistas. Foi o maior montante desde 1996, início da pesquisa, e os setores que mais distribuíram foram o de telecomunicações, seguido de energia elétrica. Relatório diz que “a maioria dessas empresas não investe, não tem dívida de curto prazo e geralmente reverte quase todo o lucro em bonificações”. Em matéria do Jornal Valor Econômico (08-01-2010 “Dividendos Valorizados” Ângelo Pavini), a respeito de um estudo da consultoria Economática para o Valor Econômico sobre as melhores ações em termos de retorno nos últimos 3 anos, mostra a razão do interesse dos investidores no setor elétrico: “O que chama a atenção é a quantidade de papéis do setor de energia, afirma Einar Rivero, da Economática. Da lista de 29 boas pagadoras, 19 são elétricas e, entre as 13 mais líquidas, 8.” Segundo o estudo, o setor elétrico é um

“O novo modelo transformou o melhor sistema elétrico de grande porte do mundo em uma máquina de ganhar dinheiro às custas do bolso do consumidor, do erário público e da competitividade da indústria brasileira.” [SANTOS ET AL, 2008 p.463]

No início do governo Lula, foi promovida uma reforma no marco legal regulatório do setor elétrico. Com medidas implementadas em 2004, essa reforma não enfrentou os problemas fundamentais do modelo mercantil, apenas organizou o setor para reduzir os riscos para o sistema elétrico e para o capital. A reforma de 2004 não tentou resolver o problema central do modelo mercantil implementado que, segundo SANTOS et al., 2008, é o elevado custo de simular um sistema de concorrência num sistema interligado. Contudo, apesar de limitada, a reorganização do setor foi importante para impedir novos racionamentos e viabilizar investimentos em geração de energia.

Algumas das inovações da reforma do modelo foram a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, que teria o papel de planejamento de longo prazo do setor elétrico, e a criação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, que coordenaria os órgãos do setor. Além disso, na área de comercialização o Mercado Atacadista de Energia - MAE, foi transformado na Câmara de Comércio de Energia Elétrica – CCEE.

Dos pontos negativos do modelo que permaneceram após a reforma de 2004 destacam-se a alta tarifa, uma das maiores do mundo; a falta de garantia de investimentos para suprir demanda futura de grandes consumidores; a manutenção da desconstrução das estatais, o que visava retirar o mercados destas empresas e passar para as privadas, gerando prejuízos para as empresas do governo (redução de cerca de 25% do faturamento); e, principalmente, o fato de manter a lógica de mercado e competição simulada para um sistema que funciona interligado, com geração predominantemente

“tradicional bom pagador de dividendos”. Na matéria, Cida Souza, estrategista da Itaú Corretora, revela: “o setor de “utilities” (energia e saneamento) brasileiro projeta os maiores retornos do mundo em dividendos, na faixa de 8,8% em média.”

hidrelétrica. Além disso, a falta de democratização na decisão sobre os rumos do setor e a realização dos empreendimentos, e a falta de investimentos em alternativas energéticas de baixo impacto social e ambiental.

Estudiosos do setor, como Joaquim de Carvalho, Roberto d'Araújo e José Paulo Vieira, manifestaram já na época críticas às mudanças realizadas⁷, por entenderem que não havia um rompimento com o modelo anterior, mas a continuidade. Entre os pontos problemáticos apontavam:

- a fragilidade da EPE e a dificuldade que teria de realizar um planejamento eficaz; dúvidas em relação a sua capacidade de manter-se independente dos interesses privados⁸;
- a implementação da multi-contratação, que forçava as geradoras a realizarem contratos com cada uma das distribuidoras, aumentando o custo das transações e beneficiando somente as instituições financeiras;
- a manutenção da política de descontração da energia gerada pelas estatais, o que mantinha o processo de descapitalização das mesmas;
- o esvaziamento das funções da Eletrobrás no planejamento e condução de uma política para o sistema elétrico;
- a manutenção do processo de privatização da energia e do potencial hídrico do país;
- a manutenção dos contratos estabelecidos no governo anterior, que traziam prejuízos para o povo brasileiro.

Na avaliação de Dorival Gonçalves Júnior⁹ as reformas do governo Lula para o setor elétrico aperfeiçoaram o processo iniciado nos anos 1990 e trouxeram segurança

⁷ No artigo de Mateus Alves e Valéria Nader, A política energética de Lula: ruptura ou continuidade?, publicado em 28 de agosto de 2007, no sítio do Correio da Cidadania. <http://www.correiocidadania.com.br/content/view/779/112/>

⁸ Em entrevista ao Correio da Cidadania (16-07-2008) Joaquim de Carvalho, perguntado se com o Plano Nacional de Energia 2030, da EPE, o governo recuperava o planejamento de longo prazo do setor, respondeu que “o plano Nacional de Energia 2030 não é propriamente um plano, mas sim uma coleção de dados e informações interessantes sobre algumas fontes de energia, além de cenários para os anos 2010, 2020, 2030.” Afirmou também que o plano não propõe projetos prioritários para suprir as efetivas necessidades de consumo da sociedade e que não impõe restrições a projetos que não contribuem para o desenvolvimento, como eletrointensivos exportadores.

para os investidores, que obtiveram a garantia, por 30 anos, da venda de 70% da energia produzida. Segundo o autor, a Empresa de Pesquisa Energética foi criada para, além de realizar os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental dos empreendimentos, assumir enquanto aparato do estado os conflitos sociais decorrentes dos empreendimentos do capital privado.

Cabe também destacar que o que ocorre nesta indústria não é uma volta ao que era a indústria elétrica nos anos 1930, quando era privada. A novidade é o grau de poder do capitalismo financeiro na atualidade. O sistema financeiro atingiu o poder de organizar o processo industrial. A forma como está concebida a organização industrial da produção de energia elétrica no Brasil está de acordo com os mecanismos financeiros de reprodução do capital do sistema financeiro.[Idem]

Este panorama histórico do setor elétrico brasileiro mostra que depois de um longo período durante o qual o Estado construiu, através de investimentos públicos, um dos maiores e melhores sistemas elétricos, em que a energia elétrica adquiriu as características de serviço público, houve uma inversão da lógica que até então vigorava, através dos processos de privatização e mercantilização da energia nos anos 1990 e, seguindo-se a isso, reformas que aperfeiçoaram e sedimentaram o modelo mercantil.

3. A nova Eletrobrás: o projeto de transformação

A Eletrobrás foi criada em 1961 com a função de planejar e coordenar a política nacional de energia elétrica e centralizar a operação e o financiamento dos sistemas elétricos do país. É hoje uma empresa de economia mista e capital aberto e tem ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo, Madri e Nova Iorque. O governo federal detém 53,9% das ações ordinárias, o que lhe dá o controle da companhia, e 15,5% das

⁹ Entrevista concedida ao jornal Brasil de Fato. “A Exploração do Trabalho Embutida no Preço da Energia”. 11 de junho de 2008.

ações preferenciais (84,5% das preferenciais são privadas). A *holding* controla seis subsidiárias: Chesf, Furnas, Eletrosul, Eletronorte, CGTEE e Eletronuclear; o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Cepel e a Eletrobrás Participações – Eletropar. Detém, em nome do governo brasileiro, metade de Itaipu Binacional. Na área de distribuição, atua através das empresas Eletroacre, Ceal, Cepisa, Ceron, Amazonas Energia e Boa Vista Energia. A Eletrobrás tem uma capacidade instalada de 39.752MW (38% do total nacional), com 30 usinas hidrelétricas, 15 termelétricas e 2 termonucleares; e possui 59.858 km de linhas de transmissão (56% do total do sistema brasileiro). Congrega aproximadamente 27 mil trabalhadores e é a 10ª maior empresa de energia elétrica do mundo, em patrimônio (patrimônio líquido: R\$ 86 bilhões; valor de mercado: R\$ 35 bilhões). A Eletrobrás opera 4 das 6 interligações com outros países da América do Sul e dá suporte a programas do governo federal como o Proinfa, Luz Para Todos e Procel.¹⁰

A partir das reformas do setor elétrico realizadas pelo governo Lula em 2004, as empresas do grupo Eletrobrás puderam se manter atuando no mercado de energia, afastadas da ameaça da privatização, uma vez que, naquele ano, foram retiradas do Programa Nacional de Desestatização pelo Governo Federal. Este pode ser considerado o único benefício destas empresas com as reformas de 2004 pois as reformas não devolveram à Eletrobrás a função de coordenação da operação do sistema interligado nem mesmo seu antigo papel planejamento da expansão do setor. Além disso, os entraves criados no processo de privatização do setor, na década anterior, como o impedimento de participar de empreendimentos como acionista majoritário ou de obter financiamento junto ao BNDES, foram mantidos.

Estas limitações permaneceram até o início de 2008, quando as primeiras medidas do projeto de transformação da Eletrobrás foram sendo implementadas. O projeto de transformação da Eletrobrás foi inicialmente elaborado na Casa Civil e, em março de 2008, encaminhado pelo Ministério de Minas e Energia à recém empossado presidente

¹⁰ Os dados sobre a Eletrobrás foram obtidos na Revista Sistema Eletrobrás, ano 5, n. 13, Ago-Set-Out de 2009 e no sítio www.eletrabras.gov.br

da Eletrobrás José Antônio Muniz, que já havia sido diretor da Chesf e da Eletronorte. O Presidente da República, em manifestações públicas, vinha dizendo que queria que a Eletrobrás se transformasse numa “megaempresa brasileira”, como a Petrobrás, discurso que foi incorporado pela direção da Eletrobrás e traduzido no bordão, a respeito da Eletrobrás, que se transformaria na “Petrobrás do Setor Elétrico”.

O ofício encaminhado pelo MME, de 07 de março de 2008, à Diretoria da Eletrobrás, definia os vetores de atuação para a transformação pretendida. As quatro diretrizes eram: Aperfeiçoamento da “governança corporativa”; Reorientação dos negócios de distribuição; Reformulação institucional da *holding*; Reorganização do modelo de gestão empresarial. Dizia o documento que a transformação viria no sentido de alinhar as ações de todas as empresas num objetivo comum, sob coordenação da *holding*, fortalecer a atuação do Sistema Eletrobrás no Brasil e incrementar a participação no exterior, sobretudo na América do Sul. Conforme o ofício, as determinações seguiam orientações do Presidente da República e visavam assegurar melhorias significativas no desempenho empresarial da Eletrobrás. Expressava que o processo seria denso e profundo, e que deveria ocorrer com brevidade; as soluções deveriam ser capazes de conceber uma nova visão de futuro, alinhada ao novo ambiente institucional do setor elétrico. Em sua nova configuração, a Eletrobrás deveria ter capacidade de investir através de recursos próprios e captados nos mercados de capitais e financeiros no Brasil e exterior. A marca, bem como as ações nas Bolsas de Valores deveriam sofrer aumento de valor. Através da transformação, o governo esperava que a Eletrobrás contribuísse para o desenvolvimento econômico e social do país, garantindo o aumento da oferta de infra-estrutura de energia.

Na visão do governo¹¹, a partir de 2004, com as reformas do setor elétrico, que teriam permitido a retomada do planejamento e dos investimentos em novos projetos de geração e transmissão, a Eletrobrás foi colocada diante de um novo desafio. Inserida no

¹¹ As justificativas para a implementação de um processo de transformação, aqui relacionadas, estão no Portal da Transformação, no sítio da Eletrobrás na Internet: www.eletronorte.com/elb/transformacao

mercado competitivo, exigia-se da empresa uma nova forma de gestão para cumprir o papel que o governo lhe atribuía, de ser líder no setor elétrico. Foi com essa visão que entre 2006 e 2007 teriam sido conduzidas discussões na Eletrobrás e no Ministério de Minas e Energia – MME que identificaram a necessidade da transformação e fortalecimento do Sistema Eletrobrás. Estes estudos indicavam que as transformações deveriam se dar nos aspectos gerencial e institucional, no âmbito das empresas, bem como em questões estruturais e regulatórias, da alçada do Governo Federal. Também, segundo os estudos, as mudanças deveriam ser profundas e urgentes.

A primeira ação no sentido da transformação pretendida, mesmo antes da implantação do Plano de Transformação, foi o agrupamento das ações da *holding* na Bolsa de Valores de São Paulo, ainda em 2007. Logo em seguida, em abril de 2008, seria aprovada a Lei 11.651, que autorizou a participação das empresas subsidiárias como majoritárias em empreendimentos e a atuação da Eletrobrás no exterior. A partir de então, uma série de medidas vêm sendo tomadas para implantar as transformações.

Uma das preocupações iniciais do governo era com a centralização das decisões e a coordenação de todos os processos estratégicos pela *Holding*, para que de fato ocorresse uma atuação integrada na gestão das empresas do Sistema Eletrobrás. Até mesmo os processos que envolvem as definições do plano de transformação tem essa característica de centralização das decisões. Em ofício do dia 17 de março de 2008, o MME recomendava à direção da Eletrobrás que orientasse todas as empresas do Sistema para que todas as parcerias estratégicas, participações em leilões e outras formas de associação das subsidiárias fossem sempre analisadas no âmbito da *Holding* e aprovadas no conselho de administração, isto é, que as decisões estratégicas fossem centralizadas.

Abaixo é apresentado um quadro com as principais ações do processo de transformação da Eletrobrás, em ordem cronológica:

2007	Agrupamento das ações na Bolsa de Valores de São Paulo para ajustar o valor unitário de cotação das ações ao valor de mercado.
Março 2008	MME envia ofício à Eletrobrás com as diretrizes da transformação.
Março 2008	Implantação do Comitê de Gestão da Transformação do Sistema Eletrobrás - CGTE, formado por

	técnicos de várias áreas de todas as empresas do grupo para apresentar propostas a partir das diretrizes do governo e dos relatórios das consultorias.
Abril 2008	Aprovação da lei 11.651/2008 que permite à Eletrobrás ser majoritária em consórcios de geração e transmissão de energia, criar subsidiárias, atuar no exterior. Considerada a refundação da Eletrobrás.
Mai 2008	Alteração dos estatutos da <i>holding</i> e controladas, definindo captação de recursos preferencialmente pela <i>holding</i> ; análise e aprovação de parcerias e participações estratégicas pelo conselho de administração da Eletrobrás.
Junho 2008	Centralização da gestão das Distribuidoras com a criação da diretoria única e reestruturação do conselho de administração.
Julho 2008	Criação da Superintendência de Operações no Exterior para coordenar as atividades, negócios e aquisições de ativos em outros países.
Outubro 2008	Listagem dos programas ADR2 da Eletrobrás na Bolsa de Nova Iorque, contribui para elevação do valor de mercado da empresa .
Dezembro 2008	Criação do comitê de comercialização de energia.
Março 2009	Sistema Eletrobrás apresenta primeiro programa de ações estratégicas integrado de sua história, abrangendo o período 2009-2012. PAE.
Novembro 09	Conselho Monetário Nacional autoriza Eletrobrás a aumentar em R\$8,5 bilhões os empréstimos em 2010 (passou de 3,5 para R\$12,04 bi)
Dezembro 09	Simplificação do processo de contratação de bens e serviços através da lei 11.943/2009: regime próprio de licitação. Decreto nº 7058 permite que as concessionárias dêem garantia financeira em empréstimos. Aumenta a capacidade de endividamento e financiamento.
	MP 450/08 [Lei 11.943] – criou mecanismos para isonomia de política tributária entre Eletrobrás e empresas privadas. Aprovou o Fundo de Garantia a Empreendimentos do Setor Elétrico.
Dezembro 2009	Lei 12.111 [MP 466] que define as condições do serviço de energia nos Sistemas Isolados (perspectivas para a recuperação da saúde financeira das empresas do Sistema Eletrobrás envolvidas nessas operações). Também trata do repasse da energia nuclear. FURNAS não será mais obrigada a comprar a energia da Eletronuclear.
Dezembro 2009	Conselho de Administração da Eletrobrás decide aumento do capital de R\$11,77 bilhões nas subsidiárias.
Março 2010	A Eletrobrás faz o lançamento da nova marca da companhia e apresenta seu Plano Estratégico integrado 2010-2020.
Março 2010	Eletrobrás anuncia que Chesf irá construir no Panamá usina hidrelétrica de Tumarín (220 MW) em parceria com a construtora Queiroz Galvão e a Empresa Nicaragüense de Eletricidad.

A Eletrobrás elaborou dois importantes documentos, para orientarem o processo de transformação e consolidarem a mudança. O primeiro foi o Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás – PTSE, que visava colocar em prática os vários projetos do processo de transformação; o segundo, o Programa de Ações Estratégicas unificado – PAE 2009-2012, que tinha por objetivo consolidar a política de unificação das ações das empresas do grupo Eletrobrás e dar as primeiras orientações estratégicas para assegurar o andamento do Plano de Transformação.

O Plano de Transformação é um conjunto de projetos e ações que visam materializar o que foi determinado pelo governo para a Eletrobrás. Os projetos se orientam pelas quatro diretrizes definidas no ofício do MME (abril de 2008). O plano iniciou com 42 projetos que, com desdobramentos, tornaram-se 57 projetos e 142 produtos. A posição consolidada até 30 de outubro, apresentada aos sindicatos em novembro, demonstrava que a maioria dos projetos e produtos estavam realizados ou em andamento, dentro dos prazos previstos. A maioria dos que apresentavam preocupação à Eletrobrás eram os que dependiam de aprovação externa (mudança de legislação, aprovação do Ministério do Planejamento), como por exemplo a simplificação do processo de contratação de bens e serviços, alteração do marco regulatório do sistema isolado, flexibilização da gestão de recursos humanos.

Em boletim interno¹², divulgado no final de 2009, a Eletrobrás avaliou positivamente o andamento do Plano de Transformação no período. Segundo o boletim, foi um ano de grandes mudanças internas, com melhorias significativas na governança corporativa, o que teria lhe dado o reconhecimento do banco Goldman Sachs e da Itaú Corretora, que recomendaram a compra de ações da empresa. Outros sinais teriam sido o aumento do valor das ações da Eletrobrás na Bolsa de Valores de São Paulo, ter sido novamente listada no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa, e prêmios de empresa de maior prestígio no setor de energia. A definição do marco regulatório para os Sistemas Isolados também foi destacado (lei 12.111), bem como a abertura de escritórios no Peru e Uruguai, e a conclusão dos estudos do empreendimento Belo Monte.

O Programa de Ações Estratégicas unificado¹³ – PAE 2009-2012, divulgado em março de 2009, foi um importante instrumento para consolidar a política de unificação

¹² Em 23 de dezembro de 2009, a Eletrobrás divulgou o boletim “Transformação consolidada”, através de sua Assessoria de Comunicação.

¹³ Fonte: Assessoria de Comunicação da Eletrobrás (16-3-09) www.eletrabras.org.br

das ações das empresas do grupo Eletrobrás. Foi anunciado como o documento que daria as primeiras orientações estratégicas para assegurar o andamento do Plano de Transformação enquanto não se elaborasse o planejamento estratégico. Sobretudo, explicitava o compromisso da Eletrobrás com as determinações do governo federal para liderar os investimentos em geração e transmissão de energia elétrica no Brasil, especialmente as obras constantes do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC.

O PAE definia a participação em projetos de geração na ordem de 7 mil MW e em mais de 15 mil quilômetros de linhas de transmissão. Para atingir essas metas, previa investimentos de R\$ 30,2 bilhões. Além das obras no Brasil, previa realizar estudos de projetos de geração transmissão no exterior, sobretudo na América Latina. Em relação à produtividade, definiu a meta de aumento de 5% para empresas do grupo até 2012. No mesmo prazo, para a execução de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, estabeleceu o ganho de 2% na receita do Sistema. Outras metas estabelecidas no PAE foram de reduzir custos de, no mínimo, 10% na aquisição de materiais e equipamentos, até dezembro de 2010; obter a certificação na Lei Sarbanes-Oxley; ser listada no Dow Jones Sustainability Index (Bolsa de Valores de Nova Iorque) até 2012; ascender ao Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa; estar entre as 50 melhores empresas para se trabalhar até 2012.

O que se observa, tanto pelos processos e resultados internos quanto pelas medidas externas à Eletrobrás, é que o processo de transformação está avançando com bastante solidez. O governo vem conseguindo com celeridade aprovar medidas para “fortalecer” a Eletrobrás; a direção da Eletrobrás e as direções das empresas estão seguindo as determinações do Ministério de Minas e Energia. De modo geral, o processo está sendo bem aceito pelos vários atores envolvidos com o setor¹⁴. Não há manifestações de dirigentes das empresas contrários ou críticos ao processo de transformação. Os agentes do mercado também não se manifestaram contrários e vêm

¹⁴ O próximo capítulo discutirá a postura e a leitura dos sindicatos, trabalhadores e outros setores diante do processo de transformação da Eletrobrás.

com otimismo o fortalecimento da Eletrobrás no mercado de energia¹⁵ (no início do processo houve algumas manifestações de preocupação com a possibilidade de “reestatização” do setor, mas o governo logo deixou claro que não era esta a sua intenção). As direções dos sindicatos têm acompanhado com atenção as mudanças e, mesmo sem serem chamadas para discutir as propostas, têm elogiado várias medidas da Eletrobrás e do Governo que entendem fortalecer o sistema Eletrobrás e melhor organizar o setor elétrico. Os trabalhadores do setor revelam ter pouco conhecimento do que realmente significam as transformações, apesar de receberem informações do andamento dos processos; no entanto, manifestam bastante otimismo em relação às mudanças.

Os objetivos declarados do Governo para a Eletrobrás são de torná-la uma mega empresa brasileira atuando mundialmente, buscando lucros. Conforme declaração do presidente da Eletrobrás, em comunicado do dia 17 de março de 2010, a Eletrobrás será a “maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável às melhores empresas do setor elétrico.” Está posto também que a parceria com o capital privado é opção estratégica, tanto para empreendimentos no Brasil quanto no exterior.¹⁶ No Brasil, a Eletrobrás tem o papel de indutora do desenvolvimento do setor, participando dos leilões de novos empreendimentos em parceria para garantir que se agilize o licenciamento ambiental, que haja programas de mitigação e inserção regional,

¹⁵ O sociólogo Léo Lince, no artigo “Lulocapitalismo” (Correio da Cidadania, 25/09/2009). cita entrevista de Delfim Neto ao Jornal O Globo, de 20 de setembro de 2009, em que Delfim Neto dizia, a respeito do governo Lula, que “a última coisa que este governo fez foi opor-se ao capitalismo. E muito menos ser marxista ou outra coisa.” E afirmava que “não há mercado sem estado forte, justamente para garantir seu funcionamento”. Wladimir Pomar, no artigo “Lula e o neo-desenvolvimentismo (Correio da Cidadania, 20.01.2010), também se referindo ao governo Lula comenta que “Na medida das forças do governo, o Estado brasileiro tem funcionado tanto como indutor quanto como facilitador e sócio para fortalecer o capital nacional estatal e privado, frente ao capital transnacional.”

¹⁶ Conforme matéria do jornal O Globo (, 07.02.2010), reproduzida no IFE n. 2.662 de 08.02.2010, tratando dos projetos para hidrelétricas no Peru, comenta que “a invasão das grandes construtoras brasileiras no setor elétrico faz parte da estratégia definida pelo governo para a área e é estimulada pelo presidente Lula.” Na mesma matéria o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão Ministro diz que a presença das estatais nos consórcios com as empreiteiras dá confiabilidade aos parceiros e permite fiscalização do governo: “Nessa parceria, dividimos riscos e benefícios. E a presença das empresas do sistema Eletrobrás é para dar segurança, confiabilidade e facilitar a construção das hidrelétricas.” O próprio presidente da Eletrobrás também confirma essa estratégia dizendo que a Eletrobrás não investirá sozinha em nenhum projeto no exterior.

bem como para dar confiança aos investidores privados.¹⁷ O Governo também diz acreditar que a participação da Eletrobrás nos leilões “forçará o preço da energia para baixo”.

Observa-se que a transformação e o fortalecimento pretendidos pelo Governo para a Eletrobrás partem de alguns pressupostos: que a energia é mercadoria e que a empresa precisa ser competitiva e rentável; que é o mercado que regula o preço através da concorrência; que o papel do estado é de ser indutor, fiador e garantidor do mercado através de suas empresas, bancos e agências reguladoras; que o estado não tem recursos para investir sozinho; que não há necessidade de debater com os trabalhadores¹⁸ (sindicatos, movimentos, outros setores da sociedade) o modelo de desenvolvimento, tampouco o projeto de transformação da maior estatal de energia do país.

Capítulo 4 – Visões sobre a Nova Eletrobrás

Os sindicatos e a Nova Eletrobrás

De modo geral, a postura das direções dos sindicatos¹⁹ de trabalhadores do setor Elétrico tem sido a de defesa das reformas realizadas pelo governo Lula em 2004 e de

¹⁷ “Em entrevista à revista Ótima S/A (www.otimamt.com.br/conteudo.php?sid=16&cid=184) Dorival Gonçalves Junior analisa o PAC: “Ele é um programa de atração de capital para fazer investimentos em locais de elevada lucratividade, basicamente é isso. É um programa de estado que coloca o BNDES financiando até 80% dos empreendimentos, com prazo de pagamento em 20 anos. O Estado realiza os estudos de projetos, providencia o licenciamento ambiental, e ainda é usado como escudo frente aos conflitos sociais gerados nesses empreendimentos.”

¹⁸ Política Energética: participação da Sociedade: Artigo “Setor é transparente, mas precisa ampliar participação da sociedade na política energética, segundo Idec” – Alexandre Canazio, Agência Canal Energia [17.09.2009] Segundo a matéria, o relatório “Guiando a prática e promovendo a prestação de contas do setor elétrico” produzido pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (ligado a Coppe/UFRJ): “O setor elétrico brasileiro é transparente, mas precisa ampliar a participação da sociedade no processo de Elaboração da política energética.” Diz que o setor está organizado, mas precisa ampliar o debate com outros grupos sociais, que é preciso “reforçar a participação social”.

¹⁹ Os sindicatos aqui considerados são os congregados no Coletivo Nacional dos Eletricitários, coordenado pela Federação Nacional dos Urbanitários – FNU/CUT. Este coletivo é composto por sindicatos que representam

confiança no projeto de reestruturação da Eletrobrás. É claro também o apoio aos grandes empreendimentos de geração de energia, tanto as hidrelétricas quanto as term nucleares, bem como às demais obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Com algumas exceções, não se observam críticas ao modelo de desenvolvimento baseado em grandes empreendimentos de geração e transmissão, tampouco ao modelo mercantil vigente no setor elétrico. A crítica mais comum se dirige ao governo anterior, especificamente à privatização e à incapacidade de gerenciar o setor elétrico. Em relação à situação atual do setor, as reiteradas queixas dizem respeito às amarras legais e desvantagens competitivas das empresas do grupo Eletrobrás em relação às empresas de capital privado que, segundo os sindicatos, são heranças do governo anterior ao de Lula.

É recorrente a comparação entre os governos PSDB (FHC) e PT (LULA), onde o primeiro é identificado como privatista e responsável pelo apagão, racionamento, desmonte das empresas e estagnação do setor, e o segundo como o que não privatizou, estabeleceu um marco regulatório do setor, retomou o planejamento de longo prazo, realizou investimentos, fortaleceu as empresas estatais e garantiu oferta de energia e modicidade tarifária. Essa análise um tanto maniqueísta, se por um lado evidencia as diferenças de tratamento em relação ao setor elétrico pelos dois governos, por outro lado deixa de discutir os problemas existentes e políticas danosas aos trabalhadores que foram mantidas no atual governo. Esta análise superficial e partidária impede a possibilidade de focar o debate nos problemas fundamentais do setor elétrico, como a mercantilização da energia elétrica e a subordinação do Estado aos interesses do capital privado.

Cabe destacar que há posições e visões diferenciadas, entre os sindicatos aqui considerados, a respeito do Governo, da organização do sistema elétrico e do projeto de transformação da Eletrobrás. Para explicitar as diferenças de visões sobre o projeto de transformação e as leituras do contexto em que está inserido, analisamos alguns

trabalhadores das empresas do grupo Eletrobrás, nem todos filiados à FNU/CUT, mas bastante alinhados politicamente.

documentos produzidos ao longo dos últimos dois anos pelos sindicatos e destacamos abaixo os elementos mais relevantes.

A Intersindical dos Eletricitários do Norte do Brasil – Sindinorte²⁰, em boletim publicado em 27 de maio de 2009, tratando do processo de fortalecimento da Eletrobrás, fazia uma comparação entre os governos FHC e Lula. O boletim dizia que no período do governo FHC, o sistema elétrico estava um caos, havia falta de confiança dos agentes, a tarifa estava elevada e fora de controle, e a havia uma crise de competência dos gestores do sistema. Avaliava que o apagão e racionamento trouxeram prejuízo para as empresas, para o povo e país como um todo; que as causas do apagão teriam sido a falta de investimento, o sucateamento das empresas e a privatização. Não deixava de identificar o culpado, o “governo FHC, que tratava a energia como *commodity*, acreditando que o ‘Deus Mercado’ resolveria todos os problemas sem a necessidade de intervenção estatal.” Sobre o governo Lula, o boletim afirmava que o mesmo havia reorganizado o setor definindo claramente o papel dos gestores (citando como exemplo a ANEEL), criado um ambiente de confiança e segurança aos agentes, promovido leilões pela menor tarifa aos consumidores, com regras claras, recuperado a capacidade de planejamento, e que tinha a modicidade tarifária como objetivo central.

A Federação Nacional dos Urbanitários²¹, em carta enviada ao Presidente da República, ministra da Casa Civil, Ministério de Minas e Energia, entre outros, do início de 2009, tratando das transformações da Eletrobrás, dizia que os trabalhadores do setor, que haviam sofrido com a política neoliberal que visava o desmonte das empresas, “acompanham com interesse medidas que propõem o fortalecimento do Sistema Eletrobrás.” Avaliava positivamente a Medida Provisória 396 (que permitia à Eletrobrás ser majoritária nos empreendimentos, atuar no exterior etc), e lembrava que havia mais

²⁰ Congrega os sindicatos que representam os Eletricitários do Norte do país, aí incluídos os trabalhadores da Eletronorte.

²¹ A Federação Nacional dos Urbanitários – FNU/CUT congrega sindicatos de trabalhadores dos setores elétrico e de águas e saneamento.

a se fazer no sentido de eliminar as “desvantagens competitivas” das empresas estatais. Cobrava do governo a retirada das distribuidoras federais do Plano Nacional de Desestatização, eleição de representante dos trabalhadores nos conselhos de administração das empresas, e que os trabalhadores fossem “valorizados e reconhecidos como parte integrante e essencial neste processo de transformação da nova Eletrobrás.”

Em outra carta da FNU, elaborada pela Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil – Intersul²², e entregue ao presidente Lula em 27 de fevereiro de 2009, em Florianópolis, que tratava do fortalecimento da Eletrobrás, entre outras questões, são apresentadas algumas preocupações em relação à Nova Eletrobrás. A carta dizia que o fortalecimento da Eletrobrás deveria ocorrer no sentido de que a empresa se voltasse principalmente para os interesses públicos e da nação; mantivesse e fortalecesse o seu caráter estatal; fosse majoritária nos empreendimentos; ampliasse os programas sociais e de pesquisa; respeitasse o meio ambiente e os atingidos pelos empreendimentos energéticos; ampliasse empregos e as obras infra-estrutura para desenvolvimento do país; desenvolvesse pesquisa em energias limpas; democratizasse seus órgãos colegiados. Exigia que o presidente determinasse uma política de governo comprometida com os trabalhadores e com toda a sociedade e alertava que somente seria possível uma transformação da Eletrobrás com essas características se o governo enfrentasse os interesses do capital, dos grandes grupos econômicos.

O semanário Linha Viva, jornal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina – Intercel²³, vem sistematicamente publicando matérias assinadas e editoriais questionando o processo de transformação da Eletrobrás. O questionamento central é se o processo de transformação visa o fortalecimento da empresa para atender os interesses

²² A Intersul congrega os sindicatos de eletricitários da região Sul e Mato Grosso do Sul, entre eles os trabalhadores da Eletrosul.

²³ A Intercel congrega os sindicatos de eletricitários do estado de Santa Catarina. As matérias assinadas do jornal que tratam da nova Eletrobrás, aqui referidas, são do diretor do Sinergia – Florianópolis, Dinivaldo Gilioli.

estratégicos para o desenvolvimento da nação e o bem dos trabalhadores ou se visa apenas aumentar os lucros para o capital privado que atua no setor elétrico.

Os trabalhadores e a Nova Eletrobrás

Em pesquisa para a campanha nacional de data-base dos eletricitários, realizada pela FNU e Intersul no início de 2009 entre trabalhadores da Eletrosul (RS, SC, PR, MS), que teve participação de quase 25% dos trabalhadores, verificou-se que apesar de alimentarem expectativas positivas em relação ao processo de transformação da Eletrobrás, os trabalhadores revelavam não ter informações suficientes a respeito do processo e que, além disso, desejavam maior participação nas discussões. Conforme a pesquisa, “a maioria dos trabalhadores (84%) declarou que as informações a respeito são insuficientes e, ao mesmo tempo, 88% considerou que ampliar a participação dos trabalhadores na discussão nessa temática é necessário.” Para mais da metade dos entrevistados (51%) as expectativas com as mudanças eram ótimas ou boas e apenas 10% as consideraram ruins ou péssimas.

A pesquisa da FNU e Intersul realizada no ano seguinte, também entre os trabalhadores da Eletrosul, no início de 2010, no que se referia às transformações da Eletrobrás, buscava a avaliação dos trabalhadores sobre as mudanças até então realizadas. O resultado foi que 33,46% dos entrevistados avaliaram como positivas as mudanças e 12,69% como negativas. A maioria dos que participaram da pesquisa, 51,54% respondeu que não sabia avaliar e 2,31% não responderam a pergunta.

Observa-se que, depois de dois anos presente na vida dos trabalhadores, a Nova Eletrobrás continua sendo algo que não está claro para a maioria. Uma explicação possível para isso é a forma como a Direção da Eletrobrás e das empresas do grupo vem promovendo as mudanças, apenas informando os trabalhadores e tentando motivá-los para o engajamento, sem propiciar espaço para envolvimento nas discussões e decisões. Outro fator importante é que a maioria das mudanças realizadas ainda não acarretaram

alterações significativas na rotina dos trabalhadores, o que dificultaria uma avaliação do processo de transformação da Eletrobrás por parte dos mesmos. Uma das mudanças prometidas, ainda não implementada, e que poderá ser determinante na avaliação e reação dos trabalhadores, é o Plano de Cargos e Remuneração unificado para todas as empresas do grupo. Não é por acaso que o processo de implementação deste plano está demorando bem mais que o planejado pela Eletrobrás. No caso de não atender às expectativas geradas na categoria, pode haver uma reação negativa dos trabalhadores também aos demais processos da transformação, o que pode atrapalhar os planos da Nova Eletrobrás.

Visões sobre o apagão de 10 de novembro de 2009

Para se compreender melhor o cenário, no que se refere à organização dos trabalhadores frente às transformações da Eletrobrás e das disputas no setor elétrico, é interessante observar como foi a avaliação e o posicionamento assumidos pelos sindicatos em relação ao apagão²⁴ ocorrido no dia 10 de novembro de 2009. Esse apagão teve enorme repercussão em todo o país, levantando dúvidas sobre a segurança e confiabilidade do sistema elétrico brasileiro e, por consequência, dúvidas sobre o modelo do setor e a capacidade do governo de organizá-lo. O apagão aconteceu em pleno governo Lula e em meio às discussões da Nova Eletrobrás.

A nota oficial publicada pelo Sinergia-CUT²⁵, de São Paulo, avaliava que os problemas da segurança do setor elétrico têm relação com as mudanças a partir dos anos 1990 (privatizações e novo marco regulatório). Dizia também que as áreas de geração e transmissão estão crescendo, mas as empresas paulistas privatizadas diminuíram o número de trabalhadores, aumentaram as terceirizações e não investem na ampliação do

²⁴ Às 22h13min do dia 10 de novembro de 2009, aconteceu um blecaute que atingiu 18 estados Brasileiros, causados inicialmente pela saída do sistema de 3 das 4 linhas que interligam Itaipu à Subestação de Itaberá-SP. Os estados mais atingidos foram São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. O blecaute foi mais longo no Rio de Janeiro, 7h e 17min sem energia elétrica.

²⁵ O Sinergia-CUT representa os trabalhadores eletricitários de todo o Estado de São Paulo.

sistema. A nota propunha que deveria ser feito um amplo debate na sociedade sobre os problemas que atingem o setor.

A posição da FNU/CUT, em boletim divulgado logo em seguida ao apagão, inicia tecendo elogios ao setor elétrico brasileiro, que teria profissionais qualificados, e seria um dos melhores e mais confiáveis sistemas do mundo. O boletim também usou os adjetivos moderno, robusto, complexo e eficiente para qualificar o sistema elétrico brasileiro, um “paradigma para o primeiro mundo”. Justificava que, apesar de seus atributos, o sistema não é infalível, como nenhum outro seria, e que blecautes também acontecem no primeiro mundo. Afirmava que os eletricitários entendiam que houve melhorias no setor com o novo marco regulatório (2004) e que o mesmo teria trazido modicidade tarifária e o retorno do órgão planejador centralizado; que estava havendo fortalecimento da Eletrobrás e controladas por meio de aperfeiçoamento da governança corporativa da reforma institucional da holding, da reorganização dos negócios da distribuição, da reorganização do modelo de gestão empresarial para o sistema eletrobrás. Além disso, destacava os inúmeros investimentos realizados no sistema elétrico nacional e a previsão de grandes investimentos no PAE 2009-2011. O boletim propunha a manutenção da priorização de geração hídrica (Madeira, Belo Monte, outros), a diminuição da dependência de Itaipu, a diversificação da matriz energética (termonuclear, gás natural etc), a redução de encargos setoriais e tributários, a criação de um grupo de trabalho para estudar possíveis falhas no sistema de transmissão e a valorização dos profissionais do setor.

Em editorial do jornal Linha Viva²⁶, de 26 de novembro de 2009, a Intersul se manifestou em relação ao apagão ocorrido naquele mês. O editorial identificava nas reformas neoliberais, especificamente na mercantilização da energia elétrica, a causa geradora de conseqüências danosas para o setor elétrico. O apagão, desta forma, seria fruto da reestruturação do setor e “resultado da desordem de duas décadas de

²⁶ Linha Viva é o semanário da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina.

neoliberalismo.” Avaliava que, com a mercantilização da energia, o objetivo do setor elétrico passou a ser dar lucro aos empresários (através de dividendos, financiamentos do BNDES e poder de mando nas empresas). Para as distribuidoras, outros artifícios para aumentar os lucros seriam a empresa de referência, que justifica a redução de gastos com trabalhadores, manutenção e operação; e daí viriam a opção pela terceirização e pela desassistência²⁷ de subestações, que geram riscos e prejuízos para os trabalhadores e para os consumidores. Por fim, o editorial reafirma que a energia elétrica não pode ser tratada como mercadoria e que seria preciso solucionar os grandes problemas criados pelas reformas neoliberais.

O Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, também publicou nota sobre o apagão de novembro de 2009. Na avaliação do movimento, as causas do blecaute estariam no modelo energético neoliberal (dos governos Collor, FHC e em parte perdurando com Lula), em que a energia é mercantilizada. Por isso, a organização do setor estaria subordinada aos interesses de grandes grupos econômicos e lógica do lucro imporia a superexploração dos trabalhadores, as terceirizações e a redução de equipes. A nota propunha centrar o debate na insustentabilidade do modelo neoliberal e na necessidade de criação de um projeto energético, que contemple a soberania energética e o controle popular. Propunha também, entre outras questões, a paralisação das privatizações, o retorno do controle do setor ao estado, a redução das tarifas e o combate ao modelo eletrointensivo exportador de energia.

Recentes manifestações de resistência à Nova Eletrobrás

Em 22 de março de 2010, dia em que a CHESF completou 62 anos, o Sindicato dos Urbanitários de Pernambuco (Sindurb), o Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina) e parlamentares promoveram uma audiência pública em

²⁷ A desassistência das subestações consiste na operação telecomandada dos equipamentos, sem a presença do trabalhador. O editorial denuncia que por causa dessa prática a recomposição do sistema elétrico após um blecaute é muito mais lenta.

Pernambuco para tratar da reestruturação da Eletrobrás e da ameaça que esse processo representaria para o futuro da CHESF. Além disso, houve manifestação de trabalhadores em frente à assembléia legislativa e um encontro com o governador do Estado, que se comprometeu a discutir o assunto em encontro dos governadores do Nordeste.

A Intersindical Nordeste²⁸ publicou um manifesto onde defendia a existência da CHESF enquanto empresa promotora do desenvolvimento regional identificada histórica e culturalmente com o nordeste e repudiava as mudanças em desacordo com as realidades e necessidades locais. Dentre as críticas à reestruturação da Eletrobrás, apontou a falta de debate com a população, os trabalhadores, e as regiões. O documento avalia que a reestruturação da Eletrobrás é importante, desde que aprofunde seu caráter de empresa pública. Por fim, propôs que, em repúdio, os trabalhadores não devolvessem os crachás (que estavam sendo substituídos pelo crachá da nova Eletrobrás) enquanto não houvesse debate transparente e democrático com os trabalhadores do setor elétrico e com a população da região.

No mesmo sentido, o diretor do Ilumina – NE, José Antonio Feijó de Melo, havia se manifestado através de artigo²⁹ publicado no dia 15 de março de 2010. Em seu texto denunciava como equivocado o projeto de fortalecimento da Eletrobrás mas que, em sua avaliação enfraqueceria as subsidiárias regionais, transformando a Eletrobrás numa empresa com atuação preocupada apenas com novas oportunidades de negócios, em que suas subsidiárias deveriam atuar de forma a priorizar exclusivamente o retorno econômico par ao grupo, desconsiderando os interesses regionais. O artigo afirma que a filosofia que rege a proposta da nova Eletrobrás é de submissão ao modelo mercantil neoliberal e que a transformação seria “ilusória e artificial”, pois se fundamenta no enfraquecimento das suas subsidiárias regionais. Feijó de Melo, citando documentos do

²⁸ A Intersindical Nordeste congrega os sindicatos dos estados do Nordeste Brasileiro que representam os eletricitários daquela região, aí incluídos os da CHESF. Assinaram o documento os sindicatos de PE, BA, CE, PI, SE, AL. O Sindurb, de Pernambuco, faz parte da Intersindical Nordeste.

²⁹ O artigo “O fortalecimento da Eletrobrás e o desmantelamento da CHESF” foi publicado em www.ilumina.org.br

Conselho de Administração e da Diretoria da Eletrobrás, aponta que o objetivo explícito da nova Eletrobrás seria o de criar lucro para o acionista e que em nenhum ponto da proposta de transformação está indicado que a empresa deva ser um agente governamental e priorizar o interesse público. E sobre isso conclui que “ao contrário, procura somente consagrar o interesse pela obtenção do máximo lucro, como é característica da lógica da empresa privada capitalista.”

Ildo Sauer, em recente entrevista ao Correio da Cidadania³⁰, se mostra bastante cético em relação ao fortalecimento da Eletrobrás através do projeto do governo de transformação da Estatal. Segundo Sauer, “É ilusão achar que autorizar a Eletrobrás a tirar o acento do nome dela e dotá-la de capital vai mudar a lógica com que ela vem sendo conduzida.” O ex-diretor da Eletrobrás entende que a empresa foi sucateada no governo FHC e não houve mudança de rumo no governo Lula, mas um aprofundamento deste processo. Questiona quais seriam as razões de capitalizar a empresa somente depois de oito anos de governo e quem assumirá os riscos dos empreendimentos no exterior, quais serão os custos, os parceiros e os beneficiados com esse fortalecimento. Critica o fato de a Eletrobrás não estar sendo colocada no comando, mas sempre como parceira minoritária nos projetos, e conclui que “o comando e os lucros vão para os atores privados; custos e riscos são alocados majoritariamente por estatais e públicas, servindo de garantidoras de muitas aventuras.”

Verifica-se, a partir das diversas manifestações, que há uma expectativa positiva dos trabalhadores em relação às mudanças, um posicionamento pró-governo da Federação Nacional dos Urbanitários e ausência de abertura para o debate público sobre o setor elétrico e sobre o projeto de transformação da Eletrobrás. No entanto, ao mesmo tempo, há sindicatos, grupos e estudiosos do setor que vem provocando o debate e fazendo reflexões críticas, com propostas de fortalecimento do caráter público das empresas e de participação popular nas definições das políticas do setor. Por último, as

³⁰ Entrevista concedida ao Correio da Cidadania, publicada no dia 25 de março de 2010. Ildo Sauer: Governo Federal é o responsável pela deterioração do sistema energético brasileiro (www.correiodacidadania.org.br).

recentes manifestações e fatos revelam que há elementos concretos para se construir espaços de debate e de resistência ao processo da forma impositiva como vem ocorrendo e aponta até mesmo para uma possibilidade de diminuição do ritmo das mudanças ou de mudança do rumo pré-definido pelo governo e pela direção da Eletrobrás.

Conclusão

Este artigo se propunha analisar o projeto do Governo Federal de transformação do Sistema Eletrobrás e verificar se o referido projeto fortalece a concepção da hegemonia do mercado ou a concepção do controle social para o setor elétrico brasileiro. Em outras palavras, se o projeto busca fortalecer o sistema Eletrobrás enquanto empresa pública ou transformar o grupo de empresas em um grande *player* no mercado mundial de energia elétrica. Para tentar responder a esta pergunta, o Capítulo 2 resgatou a história do setor elétrico brasileiro, desde seus primórdios, e dedicou-se sobretudo ao período da implementação das políticas neoliberais e do modelo mercantil para o setor, durante a década de 1990, quando a energia elétrica passou de serviço público a mercadoria e grande parte das empresas do setor foram privatizadas, e às reformas do governo Lula, em 2004, que buscavam corrigir as falhas do modelo mercantil. O Capítulo 3 concentrou-se nas propostas do Governo para o fortalecimento e transformação do Sistema Eletrobrás, bem como no andamento do processo de transformação até março de 2010. O Capítulo 4 visou, através das manifestações dos sindicatos representantes dos trabalhadores do setor, dos próprios trabalhadores, do Movimento dos Atingidos por Barragens e estudiosos do setor, identificar e analisar as visões e posicionamentos destes agentes políticos a respeito e em relação ao modelo do setor elétrico e ao projeto de transformação da Eletrobrás. Os elementos identificados nestas abordagens servirão construir uma avaliação do cenário atual e buscar verificar se a proposta de transformação da Eletrobrás está alinhada ao processo de consolidação do modelo mercantil ou, de outra forma, vislumbra a construção de condições para uma

inversão na lógica do modelo. Ao mesmo tempo, a análise busca apontar contradições, limitações e possibilidades para a organização e as lutas dos trabalhadores em defesa dos seus interesses de classe e na construção de um projeto energético popular.

A primeira constatação importante é que as reformas do setor elétrico implementadas pelo governo Lula em 2004 mantiveram os aspectos centrais do modelo mercantil. Os aperfeiçoamentos apenas melhoraram o modelo, reduzindo os riscos para o capital e para o governo. As empresas estatais e a população continuaram pagando a conta, garantindo a permanência da estrutura montada para dar sustentação ao novo modelo e os enormes lucros dos investidores. A energia continua sendo mercantilizada, para gerar lucros, e a tarifa paga pelos consumidores é a mais cara do mundo.

A lógica das transformações propostas pelo governo para a Eletrobrás não se opõe ao modelo mercantil. É explícita a orientação para que a estatal busque as melhores oportunidades do mercado para garantir dividendos aos acionistas. As palavras chave do projeto são agilidade, eficiência, integração, competitividade e rentabilidade. Os objetivos declarados do Governo para a Eletrobrás são de torná-la uma mega empresa brasileira atuando mundialmente, com rentabilidade comparável às melhores empresas do setor elétrico. A opção pelas parcerias com o capital privado, em condição de acionista minoritário, tanto para investimentos no Brasil quanto no exterior, também revelam quem se beneficiará com a nova estrutura da Eletrobrás. No Brasil, a Eletrobrás tem o papel de indutora do desenvolvimento do setor, participando dos leilões de novos empreendimentos em parceria com o setor privado para garantir que se agilize o licenciamento ambiental, que haja programas de mitigação e inserção regional, bem como para dar confiança aos investidores.

Observa-se que a transformação e o fortalecimento pretendidos pelo Governo para a Eletrobrás partem de alguns pressupostos: que a energia é mercadoria e que a empresa precisa ser competitiva e rentável; que é o mercado que regula o preço através da concorrência; que o papel do estado é de ser indutor, fiador e garantidor do mercado

através de suas empresas, bancos e agências reguladoras; que o estado não tem recursos para investir sozinho; que não há necessidade de debater com os trabalhadores (sindicatos, movimentos, outros setores da sociedade) o modelo de desenvolvimento, tampouco o projeto de transformação da maior estatal de energia do país. O projeto de transformação vem sendo implantado sem discussão com a sociedade, sindicatos e trabalhadores do setor. Internamente, a diretoria da Eletrobrás promove a centralização das decisões e a uniformização de procedimentos em todas as empresas. Fora do âmbito da Eletrobrás, o governo promove as mudanças necessárias para tirar as amarras legais que impedem a estatal de atuar no mercado em igualdade de condições com as empresas privadas e aliviar o fardo das políticas públicas que pesam sobre as empresas do sistema Eletrobrás. Desta forma, todas as adequações são orientadas para o mercado. A grande contradição colocada para a Eletrobrás e para o Governo é como conciliar o discurso da modicidade tarifária com a busca da rentabilidade.

O governo Lula deu sinais de que absorveu o ideário neoliberal, já em 2004, na reforma do modelo, quando se comprometeu a respeitar todos os contratos realizados no período do governo anterior, que beneficiavam o capital e causaram prejuízo às estatais elétricas e ao povo brasileiro. Outro exemplo emblemático foi o caso dos erros de cálculo na composição das tarifas, reconhecido pela ANEEL, agência governamental, em 2009. Devido aos erros, as empresas distribuidoras de energia vinham recebendo indevidamente e causando prejuízo aos consumidores. A ANEEL reconheceu o erro, mas declarou que não poderia realizar correções, tampouco a devolução dos valores, a menos que houvesse consentimento das distribuidoras, visto que o cálculo estava no contrato. Esse respeito a contratos danosos ao Estado e à população explicita a submissão do governo e das agências reguladoras aos interesses do capital privado e à lógica do mercado.

De fato, através da Eletrobrás, o governo quer garantir que os empreendimentos sejam viabilizados. O governo busca eliminar todos os riscos para a entrada do capital

privado. Através da Empresa de Pesquisa Energética e das subsidiárias da Eletrobrás realiza os estudos de viabilidade técnica e econômica; pressiona os órgãos ambientais a concederem as licenças para a construção; e com a participação da Eletrobrás no consórcio vencedor oferece uma série de vantagens e segurança aos parceiros privados: intermediação nos conflitos sociais gerados pelo empreendimento, conhecimento técnico na construção e operação, garantia de retorno do investimento, tanto pelo contrato de 30 anos de venda de energia quanto pela sociedade do capital com o Estado no empreendimento. O Estado aceita sem questionar o modelo mercantil, garante os contratos que beneficiam o capital privado, oferece oportunidades seguras para grandes investimentos, assume o ônus social e ambiental dos empreendimentos, financia o capital privado através do BNDES, tenta ser um disciplinador do mercado dentro das regras do mercado, através da atuação das empresas estatais, e mantém o discurso de que neste modelo haverá modicidade tarifária. Nesse sentido, a privatização ocorre de uma outra maneira. Não mais através da venda dos ativos das empresas estatais, mas através de uma estrutura estatal montada para atender e defender os interesses do capital, custeada pela população. É a socialização do prejuízo e a privatização dos benefícios e lucros. O projeto de transformação da Eletrobrás está subordinado a esta lógica.

Não causa surpresa, diante desse quadro, que o projeto de fortalecimento da Eletrobrás não venha encontrando resistências entre os capitalistas e seus representantes nos parlamentos e no governo. Até mesmo as direções das empresas do sistema Eletrobrás, que com a centralização acabam perdendo parte do seu poder de decisão e influência regional, parecem ter seus interesses assegurados com a transformação, visto que não esboçam qualquer manifestação pública contrária ou questionando o projeto do governo, e tem cumprido seu papel de fiéis cumpridores de determinações superiores e de repassadores dos recados da direção da Eletrobrás aos trabalhadores em cada empresa.

Como foi visto no Capítulo 4, os trabalhadores do setor elétrico federal e as direções dos sindicatos alimentam expectativas positivas e, em grande medida, acolhem

o processo de transformação em curso, mesmo sem fazer parte dos espaços de discussão e de tomada de decisões. De modo geral, as direções dos sindicatos assumem a defesa das reformas realizadas pelo governo Lula em 2004, confiam no projeto de reestruturação da Eletrobrás e apóiam a política de grandes empreendimentos de geração de energia. Com algumas exceções, no meio sindical não há críticas ao modelo mercantil que rege o setor elétrico. Em relação à situação atual do setor e das estatais, a avaliação mais comum é de que os problemas enfrentados são herança do governo anterior a Lula.

No entanto há sindicatos e grupos que vem provocando o debate e fazendo reflexões críticas, com propostas de fortalecimento do caráter público das empresas e de participação popular nas definições das políticas do setor. As recentes manifestações e fatos revelam que há elementos concretos para se construir espaços de debate e de resistência ao processo da forma impositiva como vem ocorrendo e aponta até mesmo para uma possibilidade de diminuição do ritmo das mudanças ou de mudança do rumo pré-definido pelo governo e pela direção da Eletrobrás. A compreensão destes grupos é de que o processo envolvendo a Eletrobrás não está deslocado da lógica do setor elétrico, mas é um ajustamento da Eletrobrás ao mercado e a submissão do estado ao modelo mercantil. Por isso, é um erro discutir a Eletrobrás sem discutir o modelo do setor elétrico e o modelo de desenvolvimento do país.

Os sindicatos que lutam pelo fortalecimento do caráter público da Eletrobrás, pelo retorno da energia elétrica à condição de serviço público e contra a privatização do setor, têm vários desafios pela frente. Em primeiro lugar, é necessário construir alianças com as demais organizações e forças políticas que compartilham dessa visão e abraçam estas mesmas bandeiras de luta. Nesse sentido, há que se buscar estreitar as relações com movimentos sociais como o Movimento dos Atingidos por Barragens que, no Brasil, é quem está mais à frente nesse debate sobre o setor elétrico. Um segundo desafio é a formação e instrumentalização dos dirigentes para compreenderem o funcionamento do setor elétrico e estarem capacitados para o debate e a intervenção nos diversos espaços,

como em assembléias com a categoria, audiências públicas, meios de comunicação, academia, entre outros. Um terceiro desafio seria o de fortalecer na sociedade a luta pela energia elétrica como um serviço público, envolvendo setores populares e as organizações da classe trabalhadora, para que se constitua uma força social capaz de construir um projeto energético voltado aos interesses dos trabalhadores capaz de enfrentar e derrotar o modelo mercantil em vigor.

Para definir estratégias para trilhar esse longo caminho, os sindicatos precisarão trabalhar para compreender os limites da luta corporativa, da organização sindical, da luta contra a privatização na forma de venda de ativos, para superar estas limitações. A ação corporativa deve estar voltada ao fortalecimento da organização dos trabalhadores no sentido de se constituir uma força de transformação. Para tanto, várias frentes de ação são importantes: debates sobre o setor elétrico envolvendo a categoria, a luta contra a terceirização e por melhores condições no trabalho, a luta pela manutenção da cultura da empresa pública, as lutas pelo fortalecimento do papel das empresas públicas. Em relação ao meio sindical, é necessário promover debates e formação para superar as limitações de compreensão política a respeito do setor de energia e do projeto da Nova Eletrobrás, buscando superar o debate partidarizado e avançar para as questões mais profundas do modelo do setor. Um terceiro campo de ação é a sociedade e, nesse campo, uma ação interessante seria o engajamento na campanha “O preço da luz é um roubo!” do MAB, que leva às comunidades a discussão sobre o setor elétrico de uma forma bastante clara e acessível. Outras ações, no entanto, não são excluídas, como a promoção de audiências públicas e ocupação de espaços diversos de debate.

Estas são algumas possibilidades de ação sindical, sugeridas a partir das reflexões a respeito dos novos desafios colocados para a classe trabalhadora pelo projeto do governo de transformação da Eletrobrás que, como aponta este estudo, irá fortalecer a concepção da hegemonia do mercado no setor de energia elétrica no Brasil. Outras formas de luta e

ações deverão ser construídas a partir dos debates e das próprias experiências de luta dos sindicatos que acreditam que a transformação desta realidade se faz necessária.

Referências Bibliográficas

BARBALHO, ARNALDO; BARBALHO, Marta Helena. *Energia e Desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro, Eletrobrás, 1987.

BOLETIM DA INTERSINDICAL NORTE - SINDINORTE, "O Fortalecimento do Sistema Eletrobrás no Governo Lula", 27/05/2009.

BOLETIM DO MAB: Posição do MAB frente ao Apagão, São Paulo, novembro de 2009. Disponível em <www.mabnacional.org.br/noticias/161109_apagao.html>
Boletim Intersindical Nordeste: Manifesto em favor da CHESF e da sua história. 22 de março de 2010.

BRASIL DE FATO. "Novo modelo mantém velhas regras". 6 a 12 de maio de 2004.
_____. "A Exploração do Trabalho Embutida no Preço da Energia". 11 de junho de 2008. Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/entrevistas/o-alto-preco-da-energia-segundo-marx/>>.

CABRAL, Ligia Maria Martins (Coord.). *Eletrosul 40 Anos: 1968-2008*. Rio de Janeiro, Centro da Memória da Eletricidade do Brasil, 2008.

CORREIO DA CIDADANIA. "Plano de Energia para 2030 não prioriza efetivas necessidades da sociedade". 16-07-2008.
_____. "Setor elétrico: uma História de Descaminhos". 28 de Agosto de 2007. Disponível em <<http://www.correiocidadania.com.br/content/view/781/112/>>
_____. "A política energética de Lula: ruptura ou continuidade?". 28 de agosto de 2007. Disponível em <http://www.correiocidadania.com.br/content/view/779/112/>

DIAS, RENATO FELICIANO (Coord.). *A Eletrobrás e a História do Setor de Energia Elétrica no Brasil: ciclo de palestras*. Rio de Janeiro, Centro da Memória da Eletricidade, 1995.

FNU/CUT. Carta da FNU/CUT ao Presidente Lula, Ministra Dilma, Ministro Lobão e outros [Início 2009, sem data].

FNU/CUT. Carta da FNU/CUT ao Presidente Lula, 27 de fevereiro de 2009, em Florianópolis

FNU-CUT, Nota oficial sobre o apagão do dia 10/11: FNU-CUT cobra mais investimentos em fontes alternativas de energia. 18 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/content/view/17802/170/>>

INFORME ELETRÔNICO (IFE), n. 2.662. Disponível em: (www.provedor.nuca.ie.ufrj/eletrobras). Acesso em: 08.02.2010

JORNAL DO COMMERCCIO, Caderno Economia: Protestos marcam mudança na Chesf. Recife, 23.03.2010

LINHA VIVA. Nº 1012, de 26/11/2009

LIMA, JOSÉ AILTON. Conflitos de Visões sobre o Futuro das Estatais Elétricas. Texto apresentado no Ciclo de Seminários sobre Dinâmica do Setor Elétrico, promovido pelo GESES-IE-UFRJ, Rio de Janeiro, 19.07.2007

MELO, JOSÉ ANTONIO FEIJÓ de. O Fortalecimento da Eletrobrás e o Desmantelamento da CHESF. Disponível:
http://www.ilumina.org.br/zpublisher/materias/Noticias_Comentadas.asp?id=19542

PAVINI, ÂNGELO. "Dividendos Valorizados". *Jornal Valor Econômico*, 08-01-2010.
Pesquisas da Campanha de Data Base – FNU/Intersul 2009; FNU/Intersul 2010
Portal da Transformação: <http://www.eletrobras.com/elb/transformacao/>

ROSA, LUIS PINGUELLI. "Crítica da Privatização Pura – Contribuição à busca do equilíbrio entre Estado e participação privada no exemplo da energia elétrica" Julho 1992 – Texto para discussão em seminário do Programa de planejamento energético da COPPE/UFRJ – Projeto de pesquisa com a fundação Ford.

SAMPAIO, MARIA MARGARIDA BARBOSA. *Da privatização ao apagão*. Florianópolis, Ed. Insular, 2001.

SANTOS, GUSTAVO ANTONIO GALVÃO dos et al. "Por que as tarifas foram para os céus? Propostas para o Setor Elétrico Brasileiro". *Revista do BNDES*, V. 14, n. 29, jun. 2008.
VIEIRA, José Paulo. *Energia elétrica como antimercadoria e sua metamorfose no Brasil: a reestruturação do setor e as revisões tarifárias*. São Paulo, IEE-USP, 2005 (Tese de Doutorado). Disponível: <http://www.iee.usp.br/biblioteca/producao/2005/Teses/TESE_JOSE_PAULO_VIEIRA.pdf>

Revista Sistema Eletrobrás, Ano 5, n. 12, mai/jun/jul 2009.

Revista Sistema Eletrobrás, Ano 5, n. 13, ago/set/out 2009.

Sinergia-CUT SP, Nota oficial do Sinergia-CUT sobre o apagão: Em defesa de uma ampla investigação, para um profundo debate sobre o setor. São Paulo, 12 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/content/view/17704/170/>>

Sítio da Eletrobrás: <<http://www.eletrobras.gov.br>>